

O DEBATE

Abril

30

Quinta-feira
1925

ÓRGÃO DO PARTIDO REPUBLICANO PORTUGUES DE AVEIRO

Assinaturas

Ano (série de 50 números)	12\$50
Semestre (série de 25 números)	6\$25
Colónias e Brasil, ano (série de 50 números)	30\$00
Estrangeiro, ano (série de 50 números)	50\$00

Anúncios, linha—\$50
Administrador—A. Carvalho

DIRECTOR e EDITOR

J. Matos Cordeiro

Propriedade das Comissões Políticas
do Partido Republicano Português de Aveiro

Redacção e Administração

Rua Eça de Queiroz n.º 44—AVEIRO

Anunciam-se as publicações de que nos seja enviado um exemplar

Composto e impresso na Tip. Progresso (a electricidade)—AVEIRO

Um gesto alevantado do venerando Presidente da Republica

A renuncia do Chefe do Estado

No instante em que pegámos na penna para espargir sobre as mentes ainda desassossegadas dos que são susceptíveis ao sentir das convulsões porque pode passar o espírito nacional, um pouco das inervações que os últimos acontecimentos de indisciplina produziram em nós, não desavizado de todo como sômos, lembrámo-nos de lançar os olhos para alguma coisa do que tínhamos escrito há tempos, há ano e meio pouco mais ou menos, em Outubro de 1923.

Iamos falar, escrever da acção do Chefe do Estado; convinha recordar situações que perante o aparecimento do seu nome criámos; tornava-se necessária ao nosso juízo, a relembração da autoridade moral de que nos rodeámos, em face da atitude assumida por ocasião do novo período presidencial.

Eramos então colaboradores do mais antigo jornal do país, do velho *Campeão das Províncias*, jornal cujo desaparecimento fundas saudades dos tempos passados nos traz, pelas horas de intensa vida espiritual e intelectual, de um fundo absoluto de legalidade e de patriotismo que passamos, agarrado aos princípios de imparcialidade republicana, que, desde muito modo foram formando a contextura moral, individual, social e política, que são todo o fundo de energia com que encaramos as acções da vida, naquilo que ela tem também de estável, superior e de eterno, de mudável só em períodos que se determinam na história dos povos, por épocas ou estádios sociais.

E assim, de um dos artigos que escrevêramos a esse tempo, a propósito da chegada a Portugal do Presidente eleito da República, Manuel Teixeira Gomes, nós que tínhamos combatido pela nova ascensão à elevada magistratura, do Doutor Bernardino Machado, destacámos a parte que se refere ao conceito altíssimo que à justiça da história deve merecer a atitude daquele que presidiu como governo, aos primeiros passos de confissão e ratificação do respeito por nós devido à letra dos tratados, de conduta política e de segurança internacional, com a Inglaterra, daquele que deixada a presidência do governo foi então eleito Presidente da República, para prosseguir na mesma orientação de inabalável dever e lealdade.

E a seguir, destacámos também as palavras com que saudámos o retorno ao país do senhor Teixeira Gomes, abatidas as bandeiras pelo respeito à escolha do Congresso da República, nas fórmulas inofensíveis do estatuto fundamental político da nação, da sua Constituição, prestigiando a dignidade nacional externa representada na assistência unânime que todo o cidadão consciente deve ao seu Chefe de Estado.

Fortalecido assim no engenho que nos estava animando a traçar

algumas breves considerações sobre a momentosa calamidade que mais uma vez perturbou a vida portuguesa, arriscando-a a um novo período de lutas fratricidas, de consequências talvez terríveis, e que decerto levaria os portugueses a outras nódoas sangrentas, como as que tão tristemente mancharam o conceito que a sua tradicional bondade gosava, sentimo-nos de bem conosco, naquela satisfação e sossego que nos dá a confirmação de que não fomos erro as confiadas esperanças no valor experiente de um homem, que vindo da alta missão de representante diplomático junto da corte inglesa, se aprestava para assumir a dignidade que lhe destinaram.

Demarcar já toda a extensão do delicto que a serenidade governativa soube e pode limitar ao mínimo, é tarefa impossível pela deficiência dos elementos que nos é dado saber em tempo tão próximo à jugulação do movimento sedicioso.

Que ele foi em parte aproveitar-se, para naturalmente conseguir probabilidades de triunfo, da série de insatisfações que tão fundamentalmente povoadam tanto cerebro cioso por glórias para que certas preparações não estão ainda aptas, e que só o malfadado espírito de aventura fantasia serem facilmente conseguidos, não nos resta dúvida alguma, tais as ligações tão heterogêneas como impulsivas, que caracterizam o corpo dirigente dos que lançaram Lisboa numa nova revolução.

Mas é fácil concluir que aquilo a que ele se propunha era a substituição da vida constitucional em que vivemos, por um *travesti* de Ribérismo, com todas as conseqüentes perseguições ao republicano.

Daqui deduzia-se sem receio de contestação que colha duvida, que apesar de no movimento aparecer o nome de Filomeno da Câmara, ele nada tinha de ligado à ideia Republicana, pois que a natureza política desse oficial superior da marinha de guerra apagava-se ante a declarada indiferença do general Sinel de Cordes, do coronel Raul Esteves e de quantos para continuarem em comandos e situações de confiança das instituições, transigiram em dizer que não hostilizariam a República.

Sidónio Pais foi ligado às mesmas manifestações que começou a sua *via dolorosa*, levando a bandeira verde-rubra a mascarar o movimento, de 5 de Dezembro, que, pelo apoio, era anti-republicano, absolutamente. E se para muitos o foi ou não, os factos o confirmaram depois, iniludivelmente.

A extensão porém das ligações parece ter sido grande, apesar de não manifestadas; umas é claro, devidas à boa fé, outras encapo-

tadas sob a *scie* de uma indiferença pela forma de governo.

Tudo porém por causa das transigências que muito têm posto em risco a vida de republicanos, muito têm feito vermo-los preteridos nos seus mais legítimos direitos, muito têm conduzido para que tanta provada transigência se alheasse do destino das instituições proclamadas em 5 de Outubro de 1910.

E' porém bom frizar, que a nenhum destes pôde ser justificado o direito das suas ligações a monárquicos. Esses, indevidamente possuidores de títulos de antigos republicanos, mentiam à sua consciência na suposta posse de um espírito republicano que não possuíam, e com que se se mascararam.

Rés non verba é prólogo antigo.

Os factos, os actos são o que atestam a natureza e caracter moral do homem.

Esta falada transigência tornou-se em tendência tão arraigada ao feito dos dirigentes da República, que ainda agora apesar da última resposta, o parlamento se esquecia, no tradicional verbalismo arrebatador dos grandes momentos, que era necessário ao governo prosseguir nas medidas de segurança e ordem pública.

Propositadamente?... Tudo leva a crer que confiados em que o tempo tudo diluía e disseminava, que 24 horas atrás de outras 24 poderiam dar lugar a aceitação sem relutância de novas condescendências.

Por isso se levantou o Chefe de Estado; e num gesto altivo, tão manifesto como lacónico, sem uma explicação, que absolutamente diminuiria a força do seu protesto roubando-lhe o significado e a filosofia, arremeçou a esse parlamento de tagarelas com a dignidade em que o supunham ter investido.

Não era essa a que julgára receber ao porem-lhe nas mãos o mandato presidencial.

Era outra a que supunha possuir ao ter-lhe sido confiada aquela; daí não querer mais confusões, desligando do seu nome patuações incompatíveis com o seu provado feito e inérgia.

Mas numa revolta acendem os que compreenderam o seu gesto e ali estavam ainda de boa fé.

A reconsideração veio, a justiça manifestou-se; e ei-los todos, *una voce*, em frêmitos de entusiasmo, acolhendo o Chefe do Estado, reiterando-lhe todo a confiança com o emprego de esforços que dificilmente venceram Teixeira Gomes a consentir permanecer na dignidade que tão alevantadamente servira, e queria continuar servindo até no deixá-la sem as transigências que a rebaixariam,

Insuspeitos como nos consideramos e sômos, pela atitude que mantivemos tanto antes como depois da vitória do senhor Teixeira Gomes, é com o mais sincero e autorizado desvanecimento que juntamos os nossos louvores aos elevados em volta da austera atitude de Sua Excelência.

Sua Excelência tem um marcado lugar na intervenção política da República Portuguesa, sa-

bendo-a defender e elevar como os que melhor o souberam.

Que a sua lição aproveite aos que o rodeiam, são os nossos votos e a nossa esperança, na convicta certeza de que só acontecimentos e razões poderosas o levaram e levarão às atitudes tão correctas, tão inérgicas, tão alevantadas como as que vincaram a sua personalidade ligadamente a todas as superiores manifestações de defesa, do espírito republicano e da República.

Agnelo Regala

Gazetilha

*Um illustre brasileiro
Nas letras considerado,
Veio visitar Aveiro,
Viu a ria em moliceiro
E foi de cá encantado.*

*Creio que por gentileza,
Que muito nos penhorou,
Vi por aqui mais limpeza
Do que na linda Veneza,
Que também já visitou.*

*Ora nisto há favorsito...
Se reparasse no Cajo
E mais ruas que não cito,
Tinha fugido de nójo,
Dava o dito por não dito.*

Zé dos Arcos.

Monumento aos Mortos da Guerra

A convite do illustre Comandante Militar e nosso bom amigo sr. Coronel José Pinto Queimada, houve uma reunião na sala da Biblioteca do Regimento de Infantaria n.º 24, a que assistiram representantes de várias colectividades e associações locais.

Foi nomeada a comissão executiva do Monumento, da Presidência do Comandante Militar e de que fazem parte os srs. dr. Lourenço Peixinho, presidente da Câmara Municipal, Pompeu da Costa Pereira, presidente da Associação Comercial, dr. José Soares, presidente da Direcção da Agência da L. C. G. G., Arnaldo Ribeiro, director do «Democrata» e António Carlos Pires Vicente, presidente da Academia, tendo como secretário o sr. capitão João de Almeida Serra, de Infantaria n.º 24.

No dia 24, deve haver uma reunião na Associação Comercial, em que devem ser iniciados os trabalhos e fixado o lugar para o Monumento.

Apoiamos com todo o entusiasmo a ideia, que representa o pagamento de uma dívida sagrada e devida à memória dos que morreram pela Pátria tão longe da sua e nossa Terra.

Barão de Cadore

Por ordem da Secretaria da Guerra, seguiu no sábado último para Lisboa a assumir o lugar de comandante do Regimento de Cavalaria n.º 2, o nosso illustre correligionário e bom amigo sr. tenente-coronel Barão de Cadore, que exercia em Aveiro o lugar de 2.º comandante do Regimento de Cavalaria 8.

Militar disciplinado e disciplinador há-de certamente corresponder à confiança que representa a escolha do seu nome para o lugar para que é chamado, visto já ter dado sobejas provas do seu bom senso, da sua competência e do seu tino diplomático em circunstâncias bem difíceis. Sntindo a sua ausência da nossa terra, não podemos deixar de o felicitar pela honrosa distinção que lhe foi conferida, desejando-lhe as maiores felicidades.

Barão de Cadore

Diário do Governo, n.º 80 (III série) de 7 de Abril de 1925.—Atendendo a que, nos termos do artigo 2.º e seus parágrafos do Decreto n.º 10.537, de 12 de Fevereiro de 1925, se fez a prova que ao requerente Carlos de Cadore lhe foi concedido a título de Barão de Cadore, anteriormente a 5 de Outubro de 1910, e por ele pagou todos os impostos ou taxas devidos, segundo a legislação respectiva:

Manda o Governo da República, pelo Ministério da Justiça e Cultos, que Carlos de Cadore possa usar o título de Barão de Cadore, para efeitos do § 1.º do artigo 2.º do citado Decreto.

Pagos do Governo da República, 28 de Março de 1925.

O Ministro da Justiça e Cultos — Adolfo Augusto de Oliveira Coutinho.

Está conforme. — Conservatória Geral do Registo Civil, 28 de Março de 1925. Pelo Conservador Geral—Fernando de Eça Leal.

Block - Notes

Foi pedida em casamento pelo alferes de infantaria 24, sr. João Lopes da Silva Figueiredo, para o 1.º sargento de infantaria, aluno da Escola Central de Mafra, sr. Gumerzindo da Silva, ex.ª sr.ª D. Maria Henriques, professora oficial na freguesia de Sôza, concelho de Vagos.

Consta que o referido enlace se realizará em princípios de Setembro do corrente ano.

Esteve em Aveiro, há dias, o engenheiro-agronomo sr. Mário dos Santos Pato, distinto chefe do Posto Agrário da Bairrada.

O problema do funcionalismo público e a crise nacional

Reacção das forças vivas

(Continuação)

Mas é com esta sinceridade, com esta lógica, com este desinteresse que a alcaideia voracíssima das forças vivas combate todas as medidas destinadas à regeneração financeira de Portugal, desde que essas medidas lhes cerceiem, mesmo ao de leve, os lucros escandalosos, que se habituaram a aferrolhar.

Ao contrário do que se deu em todas as nações europeias que entraram na Grande Guerra, atravessou esta gente os quatro longos anos do tremendo conflito sem um sensível agravamento dos impostos ordinários e sem ter pago as elevadíssimas contribuições, votadas em todos aqueles países, sobre lucros excessivos.

Pois quando chega o momento de atacar a sério a nossa crise financeira, suscitada, sobretudo, por não terem sido postas em prática, entre nós, aquelas medidas, ergue-se, mais furiosa que a víbora que se sente pisada, contra os estadistas beneméritos que empreendem a obra sacrosanta do resgate duma Pátria que tem a desgraça de acalentar ao seio tão patrióticas forças vivas!

Há, porém, ainda mais que comentar nos períodos, acima transcritos, do protesto da Associação Comercial de Lisboa.

Viram os leitores com que veemência ali se barafustava contra a falta de «respeito pelos contratos firmados, a que ninguém, — entidade particular ou Estado, — pode fugir sem quebra de dignidade...», a qual quebra de dignidade consistia, neste caso, em o Estado passar a pagar menos uns tantos escudos aos portadores dos empréstimos com juro em oiro.

Ora é sabido de todas as pessoas não totalmente incultas que o Estado, ao nomear os seus funcionários vitalícios, quer civis, quer militares, firma com eles um contrato de que são instrumentos jurídicos bastantes, com relação aos militares, a carta patente e, com relação aos civis, o diploma de funções públicas. Isto além do auto de posse.

E este contrato é tão solene que, dentro da legalidade, só pode ser rescindido, da parte do Estado, por motivo de faltas gravíssimas praticadas pelo funcionário.

Pois bem; essa mesma coorte devorista das forças vivas, — que, desde há anos, vem, com o seu obtuso egoísmo, a sua desenfreada ganância e a sua feroz oposição a todos os legítimos sacrifícios exigidos pela salvação da Pátria, estorvando quanto pode a obra sagrada do ressurgimento nacional, — ao passo que entende que é um crime nefando modificar, cerceando-lhes um tanto o juro, contractos de empréstimos pecuniários, pensa que é um acto digníssimo que o Estado rasgue, sem qualquer motivo de ordem disciplinar, os contractos que livremente firmou com os seus funcionários vitalícios, pondo-os, sem mais forma de processo, fora dos empregos em que se encontram encartados!

Tal indignidade é, para as austeras forças vivas um acto digníssimo. Cortar-lhes quatro patacos nos juros dos títulos que têm aferrolhados nas burras é que constitui uma inaudita patifaria!

E é uma gente assim, só tendo olhos para os seus interesses e sem a mais leve noção do direito e da justiça, ou, se os não desconhece, calcando-os sem o menor escrúpulo, que se propõe salvar a nação! Só às gargalhadas...

E não se diga que grande parte das integérrimas forças vivas não são partidárias da expulsão em massa duma larga percentagem do funcionalismo vitalício. Só quem os não tiver escutado, ou os não tiver lido é que tal afirmará. Para saber o que eles pensam, basta ter ouvido os aplausos com que acolheram a destrambelhada proposta sobre o funcionalismo elaborada pelo destrambelhado sr. Cunha Leal. E nem tanto é preciso. Basta ver o final da nota que estamos, sucinatamente, comentando.

Com efeito, lá se lê claramente: — «Hoje como sempre, pensa a Associação Comercial de Lisboa que, esgotada como está a capacidade tributária do contribuinte, a regeneração económica do país só se poderá obter com inflexíveis medidas de economia integrando-se duma forma irredutível as despesas do Estado dentro das suas actuais receitas.»

Que quer isto dizer trocado em meúdos?

Que o Estado deveria pôr na rua, pois não havia possibilidade de se obter a tal integração a não ser por este processo, todos os empregados que excedessem os recursos do tesouro, avaliados então, na proposta orçamental para 1924-1925, em 860:216 contos. Empregados civis, rua! Funcionários militares, rua!

Tal era o mais veemente desejo das forças vivas, aparte, já se vê, sensatas e honradas excepções, porque as há em todas as classes e em tudo.

A aspiração da grande maioria era, porém, esta: — as despesas reduzidas aos tais 860:216 contos e nem mais um centavo de aumento de impostos.

E isto para que os grandes comerciantes, os industriais opulentos, os fartos lavradores continuassem a orlar as avenidas das nossas cidades e vilas de grandiosas habitações; isto para que muitos deles amealhassem, anualmente, lucros de milhares e até de dezenas de milhares de contos, que, á cautela, iriam transferindo para Londres; isto para que bastantes dentre eles pudéssem esbanjar, numa vida airada de luxo e de pândegas, ou em faustosas digressões pelo estrangeiro, oiro às mãos cheias.

Quanto aos restantes portugueses, os funcionários públicos e todos aqueles que não podem actualizar os seus rendimentos, que rebentassem, os primeiros, já se vê, depois do garrote da demissão; e o Estado que se afundasse na insolvência financeira, — porque tudo isto, não obstante o apregoado patriotismo das forças vivas, lhes seria tão indiferente como a primeira camisa que vestiram.

Da mesma forma pela qual vimos terem sido tratados os decretos de redução dos juros de parte da dívida pública, o foram todos os outros decretos e propostas de lei destinados a aumentar as receitas do tesouro.

Cada uma dessas medidas provocava, nos arraiais das forças vivas enorme clamor e feroz oposição.

Por fim, para tornarem mais eficaz a luta contra os poderes do Estado, os elementos que se intitulam representativos do comércio, da indústria e da agricultura, coligaram-se na União dos Interesses Económicos e enveredaram francamente pelo caminho da rebelião, recusando-se a cumprir disposições legais.

Sirva de exemplo o que se deu com o diploma sobre a sela-

gem de belidas e artigos de perfumaria, que eles declararam inexecutable, apesar de em diversos países, a começar pelo Brasil, existirem leis similares, que lá podem ter plena execução.

Mas, como está dito e redito, o que eles querem, em matéria de selagem, é a avença, que lhes permite deraudar largamente o Estado, em vez do selo, que dificulta a fraude. E' por isso que a lei é não só péssima, mas inexecutable...

Deixemos, porém, estas considerações, que nos levariam longe, e voltemos ao tema principal desta série de artigos.

Continúa.

A. A.

Couceiro da Costa

Na madrugada do dia 22, faleceu em Viena de Austria o ministro de Portugal naquele país e nosso conterrâneo Dr. Francisco Couceiro da Costa.

Diplomata ilustre tem uma larga folha de bons serviços prestados à Pátria e à República nos diferentes e honrosos cargos que lhe foram justamente confiados.

Exerceu durante largo tempo o cargo de Governador Geral da Índia com um grande brilho e muito acerto, tendo um auxiliar valioso em sua Esposa, a Senhora D. Clotilde Pinto Basto Couceiro da Costa, filha do falecido sr. Gustavo Pinto Basto.

Senhora dotada de excepcionais dotes de inteligência e de distinção, tendo ocupado sempre um lugar de destaque não só em Aveiro, sua terra natal, mas longe do país onde viveu junto do seu falecido marido. O Dr. Couceiro da Costa exerceu também o lugar de ministro de Portugal na Alemanha e na Espanha.

O Parlamento, em sua sessão de 22 do corrente, prestou a devida homenagem à memória do distinto funcionário, e por proposta do presidente sr. dr. Domingos Pereira, a que se associaram todos os lados da Câmara.

Sentindo profundamente a morte do intemerato republicano, a redacção do «Debate» envia os mais sentidos pésames à Senhora D. Clotilde Couceiro da Costa, viúva do ilustre extinto, a seus filhos e a ambas as respeitáveis famílias enlutadas: Couceiro da Costa e Pinto Basto, pela grande perda que acabam de sofrer.

Ainda há Justiça neste País

A instâncias do nosso dedicado correligionário, sr. Manuel Barreiros de Macêdo, activo industrial desta cidade, acaba de ser nomeado ajudante do Posto do Registo Civil da freguesia de Nariz, deste concelho, o ilustrado professor primário, sr. Eduardo de Almeida Neves, nosso prestimoso correligionário, ficando sem efeito a nomeação do sr. Manuel Marques Vieira, que tinha dado lugar a uma tão grande manifestação de regosijo, que ali se queimaram foguetes... de dinamite.

Nec semper... lilia florent... Senhor Doutor...

Assinar O Debate é dever de todos os correligionários.

A RAIVA

Espécies atacadas

Todos os animais podem contrair a raiva. No cão é que se vê o maior número de casos, e daí, o dizer-se também, que a raiva neste animal é espontânea, isto é, nasce sem ser provocada, mas o motivo disso, é porque, sendo o cão um animal vagabundo, encontra na via pública outros atacados, que lhe transmitem por meio das mordeduras que lhe fazem.

No gato, é, felizmente, pouco frequente aparecer a doença, porque não está em contacto com outros atacados, e quando vê um cão foge rapidamente para um buraco, para uma árvore, etc., e por isso, não é atingido por ele, senão raras vezes. Ao lobo, á raposa e outros animais selvagens, é-lhe transmitida pelos cães dos pastores, ou qualquer outro cão raivoso, que na sua fúria, vagueia pelos montes, e desta forma se propaga depois entre eles. Os bovinos, os ovinos e caprinos são por vezes atacados pelo contacto com os cães de guarda dos rebanhos, das propriedades, e por vezes, até pelos próprios lobos e raposas que contraíram a raiva. No cavalo é menos frequente, e no porco ainda menos, pela maneira como vive isolado no seu curral. As aves podem também contrair a doença, embora haja quem duvide, mas em minha opinião, acho que é de toda a conveniência julgá-las susceptíveis disso.

Sintomas — São mais ou menos idênticos em todos os animais, mas vou descrevê-los com grande desenvolvimento no cão, um pouco menos no cavalo e boi, e em resumo nos outros animais domésticos.

Cão — Se há doenças que se podem apresentar de variadas formas, a raiva é uma delas, pois apresenta-se por vezes duma maneira insidiosa, razão porquê aconselho, sempre, que quando se não possa garantir que o cão não tenha tido contacto com outros, e se apresente com sinais diferentes do seu modo habitual de vida, se desconfie dele, e se tomem todas as providências até completo conhecimento do seu estado, porque pondo de parte o sentimentalismo, ao primeiro sinal confirmado de raiva, ele deve ser abatido, pois eu intendo, que todos os cães do mundo, não valem um cabelo de um filho querido, ou duma pessoa amiga.

Se ele tiver mordido alguma pessoa, é conveniente que continue isolado, e com toda a segurança, até que o médico veterinário prescreva o seu destino. Apesar da grande mortalidade de sintomas, como vamos vêr, eu somente estabeleço duas formas típicas: a raiva furiosa e a mansa.

(Continúa.)

Afonso Perdigão
Médico-Veterinário

Tricanas e Galitos em Coimbra

Não era bem vista por muitos aveirenses, mesmo entre os amantéticos do Grupo seénico das «Tricanas e Galitos», a ida da «Filha da Caldeirada» ao palco do Teatro Avenida, de Coimbra. O Simão, o Paula Graça e o Marques Soares, porém, teimosos e destemidos, venceram todas as dificuldades e atritos, e o grupo e seu numeroso séquito lá foi, impávido, à Lusa-Atenas, disposto a viver ou a morrer. Dia 25, sábado, comboio das 13 e um quarto. Entusiasmo, pouco. Havia em todos, perfeitamente definida, a consciência da tremenda responsabilidade que essa facção dos «Galitos» assumira. Um dos maiores amigos do grupo, dando um tom cómico às suas palavras, segredava para os companheiros de viagem: — «Levo o meu coração muito, negrinho!»

A chegada a Coimbra, muito modesta. Os dirigentes da excursão tinham tido o cuidado de não fazer uma grande propaganda do grupo e de não deitar foguetes antes do tempo. Da estação segue-se para o teatro, através das ruas que mais encurtam o caminho. Um ar de reserva desenha-se em todos os rostos. Os coimbricenses sorriem e comentam às portas. Sente-se uma expectativa benévola e bonacheirona.

No teatro, o Simão, no palco, a suar em bica, sentado a uma pequena mesa, copia em cartões os nomes das pessoas que hão-de ir ocupar os diferentes quartos dos três hotéis por onde a sua companhia se tinha de aquartelar. As tricatinhas, no entretanto, vão vendo os camarins e notam que o calçado não gosta da calçada de Coimbra... Estão cansadas, da caminhada. Há uma azáfama enorme. Carpinteiros de Aveiro, carpinteiros de Coimbra, numa colaboração amigável, dispõem panos, arrumam bastidores, soltam sua praga quando alguém os estorva.

Mas todos vão debandando. O trabalho, por enquanto, pertence somente aos dirigentes. Quem quer festa sua-lhe a testa.

Depois de jantar, tudo se dirige para o teatro. Quando os adventícios chegam, a casa já tem bastantes espectadores: geral à esnaga, meia dúzia de «fauteuils» e uma dúzia de cadeiras estão ocupadas. No palco trabalha-se afanosamente. Nota-se animação em todo o grupo, mesmo nas tricatinhas mais tímidas e nervosas. Os amantéticos vão distribuindo palavras de entusiasmo, mas talvez que o coração de muitos não estivesse pouco negrinho...

O teatro vai-se enchendo; apenas alguns camarotes de lado, poucos, estão vazios. É interessante o aspecto da plateia. Pessoas de Aveiro conversam com estudantes que aqui frequentaram o Liceu e que ali iam na ânsia de retemperar os nervos com uma boa ducha de bairrismo. São 9 e 20 minutos. A orquestra está a postos.

Ouvem-se no palco as três clássicas pancadas. O pano não tardará a subir. Batem mais apressadamente os corações dos aveirenses, numa ansiedade. Dentro em pouco, o Vasco Rocha, pequenino, saltitante, nervoso, surge e toma o seu lugar. Acaba o sussurro da sala, e rompe a orquestra. Não se ouve uma mosca (nem seria possível, porque as não havia...)

Sobe o pano, rompem-se as cortinas e eis os galitos o Zé de Pinho pintára e que já tinham figurado nas réguas de Aveiro, e as tricanas e os galitos entoam, com superior entusiasmo e corecção, o majestoso cântico de aber-

Chapeus para Senhora

Exposição nos dias 8 a 13 de Maio,
no estabelecimento dos Srs. Moreira, Gama,
Teixeira & C.^a, L.^{da} — Rua Coimbra.

tura. Fartos e quentes aplausos. Nota-se a satisfação. Trocam-se os olhares alegres dos aveirenses. A assistência começa a interessar-se. O côro dos regionalistas é bisado. Mas, depois da entrada das fouteiras e do concertante final do 1.º quadro, são tão entusiásticos os aplausos, que todos tem a certeza do êxito. O final do quadro tem honras de bis.

E a representação decorre no meio do maior entusiasmo. Celeste Freitas e Sebastião Amaral, vitoriadíssimos. Os principais números—Ponte da Gafanha, Salineiras, Tricanas, Barcarola, Serrana, Fado, valsa do «Moleiro de Alcala»—são repetidos. Um autêntico sucesso.

No fim do primeiro acto já a pessoa que dissera levar o coração muito negrinho nos declarava:—«o meu coração vai-se desanuviando, graças a Deus!»

Mas a récita do dia seguinte, dia 26, foi verdadeiramente apoteótica. Não havia um lugar vago. No fim do 1.º acto, o «Grupo Dramático Beneficente de Coimbra» foi ao palco oferecer aos «Galitos» uma artística pasta,—exposta há dias nos Arcos— a qual continha uma entusiástica mensagem, que foi lida pelo presidente. Respondeu, agradecendo, Duarte Simão, cujas palavras simples, mas comovidas e sinceras, arrancaram gerais aplausos. Havia lágrimas de alegria em muitos olhos dos da Beira-Mar. Cruzam-se do palco para a plateia e desta para aqueles os «vivas» a Coimbra e os «vivas» a Aveiro.

Só visto!

Ao acabar o último acto, o pano não tinha descanso. São vitoriados o autor da música, o autor da peça e os intérpretes, que, realmente, se tinham esmerado. Muito maior entusiasmo do que durante a primeira representação da «Caldeirada».

Foi uma viagem triunfal, que só honrou a nossa terra, tornando conhecidas dos estranhos as notabilíssimas aptidões desta gente da Beira-Mar, e divulgando os costumes da terra dos ovos-moles. Não há louvores que bastem para premiar o espantoso trabalho desses rapazes de fé que levaram a Coimbra um bocadinho da sua terra. Aveiro deixou na cidade do Mondego uma gratíssima recordação que se não apagará tão cedo.

Damos, pois, os parabéns aos que a Coimbra levaram, á custa de enormes esforços, o grupo das «Tricanas e Galitos». Dentre eles é justo que se destaquem o Simão, o Paula Graça, o Marques Soares, o José de Pinho, o Henrique Rato e o Abreu. Os louros colhidos—aplausos no teatro, receita avultada, mensagem, despedida afectuosa na ocasião da retirada de Coimbra—devem compensá-los, fartamente, da maçada que tiveram. Felicitamo-los e felicitamos a cidade e o Club dos Galitos, por esta estrondosa vitória, que tanto nos honra a todos.

X.

Achado

Está depositada nesta redacção uma saca com dinheiro encontrada numa rua da cidade. Entrega-se a quem provar pertencer-lhe.

Grupo de operêta "Amadores Aveirenses,"

O espectáculo dado por este grupo scénico, em 26 do corrente, com a operêta *O Moleiro de Alcala*, em homenagem aos vianenses, decorreu com correcção, brilho e entusiasmo.

A Aurélio Costa os nossos sinceros parabéns.

A falta de espaço não nos permite fazer longas considerações, como era nosso desejo. Ficam para o próximo número.

A operêta repete-se no próximo sábado.

Coisas de Ilhavo

O famigerado Damas

Temos debaixo dos olhos o n.º 207 do jornal a «Beira-Mar», jornal de poetas e moços que se publica em Ilhavo. Ao abri-lo deparamos com um «Comunicado» que vem assinado pelo nosso illustre amigo e dedicadíssimo correligionário e companheiro dos tempos da propaganda, sr. Eduardo Craveiro.

Inquirimos do facto e ficamos admirados ao termos de concordar que o engenheiro Manuel Damas, á vista dos documentos que o sr. Craveiro publica naquele jornal, descen onde moralmente pode descer um homem.

A que chega o ódio do Damas aos republicanos.

Pelo visto, o tal dr. Damas que nós vemos passar por estas ruas sempre impo-nente, é um pândego alegre de reputação abalada.

Se não vejamos. Há dias o homenzinho num artigo em que classificava o «Debate» de órgão das «comichões» (que comichão ele vai apanhar!) veio difamar em público num jornal cá da terra aquele nosso amigo sr. Craveiro—homem que todos conhecemos como cidadão honrado,—com uma questão que o talento ingenal engenhou (se é engenheiro) duma célebre custódia do extinto convento das freiras de Ilhavo.

E dizemos que engenhou porque já lá vai um mês e o tal invento ainda não foi provado e as afirmações que o nosso amigo Craveiro fez imprimir num manifesto ao Povo de Ilhavo, ainda se conservam de pé, sem que tivessem sido sequer rebatidas.

O sr. Craveiro esqueceu-se de enumerar no seu manifesto alguns objectos, e não teria vindo a público defender-se novamente se o tal Damas não viesse fazer desses esquecimento cavallo de guerra.

E do comunicado do pequenino e interessante jornal que recebi gratuito, passo a transcrever períodos como estes:»

«Sereno e claramente, á luz da Verdade, sem insultos, começarei».

Conta a história e o início da questão até que diz: «e eu não responderia ao sr. Damas, se este illustre cavalheiro não viesse a levar a questão para um outro campo em que pretendo pôr em cheque a minha honorabilidade, pois

veio lançar-me o laço de chefe duma hipotética quadrilha que assaltou, (diz o Damas) o Convento, e bem assim falar ignorante sobre umas falsissimas pedras que ornaram a custódia da nossa igreja dizendo que elas eram preciosas, etc., etc.

Porém hoje venho fazê-lo demonstrando á face de documentos verdadeiros, de quanto é capaz aquele sr. (Damas) a quem o «Ilhavoense» no dia dos seus anos á laia de reclamo lhe chamava assim: *alma diamantina, caracter inteiro, coração afektivo!!!*»

Ao cubo, meus senhores! ao cubo, acrescentamos nós!... (árrei!)

Mas como o sr. Craveiro é delicado de mais para tal criatura, nós é que não resistimos a tamanhos adjectivos.

E o sr. Craveiro, educadamente, continua assim:

«Até hoje nenhuma dessas minhas afirmações foi rebatida, e por isso ao sr. Damas que ainda nada provou nem provará decerto posso bem alto dizer-lhe, afoitamente e sem receio, que me contradiga que não tem passado de levantar-me méras calúnias. E quem calunia... é...». Eu tinha concluído a frase, sr. Craveiro.

E a seguir, desafia-o a que mostre publicamente, nos jornais, as provas em que o sr. Damas se baseou para o atacar, dizendo assim:

«Vá sr. Damas: aonde estão as provas concludentes para atacar-me? Vá, nada de sofismas, mostre-as em público».

E a nada o bruto se moveu!...

E assim o Damas e C.^a, Lda. (firma de trauliteiros lá da terra) começa a recuar, engulindo em seco os argumentos certos do nosso honrado correligionário e vão a levar a questão para o campo político, sofismando com o receio de perseguição ao director do jornal da dita firma. Leia-se o «Ilhavoense» n.º 163.

E mais adiante, ainda no comunicado do sr. Craveiro, lêmos assim:

«E arrumada a questão da Custódia que me dá direito a dizer que o sr. Damas é capaz de chamar tudo o que lhe apetece de mau a um homem honrado sem que tenha prova para sustentar as suas afirmações (facto que abona pouco juízo) vou esmagá-lo mais uma vez perante a opinião pública, com a questão do Convento».

Como se vê, parece que o já encelebrado Damas perdeu o juízo nos arraiais trauliteiros, com a comoção que sofreu ao ser condecorado com os bentinhos de S. Francisco por ter sujado as ceroulas.

A seguir o sr. Craveiro transcreve os seus documentos.

O n.º 1—Officio n.º 130 do governador civil, sr. Albano Coutinho, datado de 9-11-910, etc., etc.

Documento n.º 2—Um recibo do dr. Delegado da Comarca; e antes da transcrição do documento n.º 3, diz assim:

«Como todos veem não vai faltando nada durante a minha administração, e só o sr. Damas será o único que não queira compreender a verdade».

Que diabo: então o tal Damas é assim tão rombo? Documento n.º 3: Do Delegado do Procurador da República, Manuel Joaquim Correia, que dá posse a novo Administrador.

E depois de transcritos, o sr. Craveiro torna a dizer:

«Claro, que se faltasse alguma coisa nos documentos que (o novo administrador) conferiu

Banco Nacional Ultramarino

Agência á Rua Senador Euzébio, n.º 72

Rio de Janeiro — Brasil

Encarrega-se da ADMINISTRAÇÃO DE BENS,
na Capital, mediante as seguintes condições:

Cobrança de Aluguel Comissão 5 %.

Idem de Juros e Dividendos e guarda dos respectivos valores.... Comissão 1 1/2 % (Mínimo, Esc. 5\$00)

Compra e Venda de Propriedades na Capital (Rio de Janeiro)..... Comissão 2 %.

Idem, Idem de Títulos..... Comissão 1 1/2 %.

Recebimento de Heranças, Legados ou Dívidas..... Comissão convencional

Idem de Pensões, Montepios e Vencimentos..... Comissão 1 1/2 % (Mínimo, Esc. 5\$00)

Fiscalização de obras, pagamento de impostos, Seguros e outros encargos inerentes á administração de bens quaisquer e de que recebamos rendimentos..... Comissão gratis

Transferencia de Fundos..... Comissão gratis

Dêstes mesmos serviços se encarregam todas as Dependências do BANCO NACIONAL ULTRAMARINO no Continente e Ilhas, Africa e Brasil.

ao entregar-lhos, (ao tomar a sua posse) ele (novo administrador) ter-me-ia demonstrado a minha responsabilidade por qualquer falta, sindicando-me para ilibar a responsabilidade dele (novo administrador).

Não o fez, portanto nada faltava. E a minha honradez e sinceridade ficam claramente ilibadas, cessando toda a minha responsabilidade em 15-4-912, responsabilidade que como viam não teve objeções algumas da parte das entidades competentes».

Acreditamos e nunca o duvidamos, sr. Craveiro. E também acreditamos todos os que lerem o n.º 207 do jornal a «Beira-Mar» que o tal engenheiro Manuel Damas que nós aqui vemos passar arrogantemente foi atacar *ad hoc* um homem honrado, que o vai liquidar moralmente perante a opinião pública.

Daqui assistiremos ao seu enterro fazendo levar ao conhecimento dos nossos leitores o quilate moral da criatura que aleunhou o nosso «Debate» de órgão das «comichões».

Aguardaremos a continuação da defesa do nosso honrado correligionário.

Cofaremos daqui o sr. Damas, e pedimos ao amigo Craveiro que o não poupe.

E' esmagá-lo—como bem diz—perante a opinião pública.

Aveiro, 6-4-925.

Um velho republicano

João Baptista
Duarte Moreira

vulgo

Baptista Moreira

A Companhia Geral de

Seguros previne os seus segurados de que dispensou este Sr. de seu correspondente nesta cidade e convida o mesmo a vir por este meio confirmar tudo o que tem dito em seu desabono.

Leilão de Penhores

Artur Lobo & C.^a

Rua do Passeio

Nos dias 10, 17, 24, 30 de Maio e 7 e 14 de Junho próximos de todos os penhores em airazo de mais de 3 meses de juros.

Tribunal Judicial da Comarca de Aveiro

Divórcio

POR sentença de 27 de Março de 1925, que transitou em julgado, proferida na acção de divórcio por mútuo consentimento em que são requerentes Manuel Ferreira, também conhecido por Manuel Ferreira de Matos e Conceição Ratola, também conhecida por Conceição Marques Ratola, lavradores, divorciados provisoriamente, moradores no Bonsucesso, desta comarca, foi decretado o divórcio definitivo entre aqueles requerentes, o que nos termos do art. 19 do Decreto de 3 de Novembro de 1910, se anuncia para os devidos efeitos.

Aveiro, 10 de Abril de 1925.

O escrivão do 2.º officio,

Silvério Augusto Barbosa de Magalhães

Verifiquei:

O Juiz de Direito,

Souza Pires.

Cerâmica Aveirense

Sita no CANAL DE S. ROQUE

João Pereira Campos

AVEIRO

Telhas de diversos tipos, tijolos de barro vermelho

e refractários, azulejos, ladrilhos, cimentos,

gesso, etc., etc.

CESAR FONTES

MÉDICO

Clínica Geral, Sífilis, vias
urinárias, operações.
Consultas na Rua Coim-
bra n.º 11 da 1.ª a 4.ª. Cha-
madas em casa, Travessa do
Alfena, n.º 8.

Tabacaria e Papelaria

— DE —

José Augusto Couceiro

Avenida Bento de Moura, 1-A

AVEIRO

Tabacos nacionais e estran-
geiros, boquillas, cigarreiras,
tabaqueiras, etc.

Tintas, livros, papel e ou-
tros objectos para escritório.
Tintas para pintar a óleo e
aguarelas.

Postais ilustrados.

Perfumarias.

Camisaria e gravataria.

Trabalhos tipográficos em
todos os géneros.

Canetas Conklin e Ideal.

Alfaiataria dos Arcos

José Pinheiro Palpista

Rua dos Mercadores

AVEIRO

Encarrega-se da execução
de todos os trabalhos concer-
nentes á arte.

Garante-se a perfeição e o
bom acabamento.

**Ourivesaria
Vilar**

Ruas José Estêvão e Mendes Leite

Compra e vende: ou-
ro prata e relógios. Pra-
tas artisticas. Relógios
dos melhores autores.
Objectos para brindes
de todos os preços

OFICINA PROPRIA

Nova Fábrica de Louças e Azulejos

DE

João Bernardo Moreira

AVEIRO — ARADAS

Além do costumado sortido
da industria, executa-se qual-
quer trabalho que o freguez
desejar concernente á arte.

Enviam-se tabelas de pre-
ços a quem as desejar.

**“Luzostela” Fabrica de Lixa e outros
productos**

Nikelagem. Artigos de metal.

Pó esmeril para limpar talheres

Pó de vidro para arear louças de alumi-
niu e de esmalte.

Os pós de esmeril e de vidro, vendem-se
na “Adega Social”.

Serreira & Irmão, Sucrs.

AVEIRO

Padaria Macedo

(AOS ARCOS)

Pão fino, especialidade em café e chá,
arroz e massas.

Empresa Cerâmica Vouga, L.ª

Fábrica de telhas e tijolos

EM AVEIRO

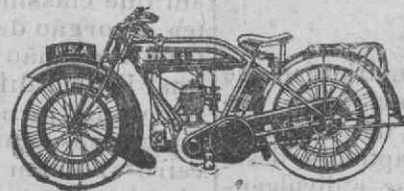
proximo das Estações dos Caminhos de Ferro da Compa-
nia Portuguesa e do Val do Vouga.

Satisfaz com prontidão as encomendas que lhe sejam
feitas dos produtos do seu fabrico.

COLEGIO PORTUGUEZ

NESTE collegio, situado num dos pontos mais centrais da
cidade, obedecendo a todos os preconceitos da hygiene
escolar e pedagogica, com esplendidas instalações electri-
cas, professam-se os cursos: de instrução primaria, todas as dis-
ciplinas do curso geral e complementar dos liceus (letras e cien-
cias), com inglez ou alemão; cursos singulares para todas as dis-
ciplinas, incluindo a lingua alemã; arte applicada, bordados, ren-
das, pintura, desenho, flores e piano.

Corpo docente devidamente diplomado e habilitado.
Recebe alunas para frequentar o Liceu e Escola Primaria Su-
perior.

**Motocyclettes B. S. A.**

2 3/4—3-49 HP. 3 velocidades

Recomendadas expressamente para estradas portuguesas
pela sua economia, estabilidade e resistencia

Em exposição no deposito em AVEIRO

Sociedade de Ferragens e Mercarias, L.ª

RUA DIREITA, N.º 45

Bicicletas B. S. A.

Tem sempre em deposito

ACESSORIOS

para estas motos e bicicletas

José Nunes da Ana Junior

Aveiro — Aradas

Mercearia, Vinhos, Azeites, Cereais e Farinhas
Vendas a retalho e por junto

As encomendas entregam-se no domicilio

Serralharia de Ferragens para Construções

(Fundada em 1873)

DE

Ricardo Mendes da Costa

Suc. de Domingos L. V. de Almeida

Rua da Corredoura — AVEIRO

Estabelecimento de Ferragens, Nacionais e Estrangeiras.
Cutelarias, Ferramentas, Ferro, Aço, Carvão, etc., etc.

Ricardo da Cruz Bento

Praça do Peixe—AVEIRO

Estabelecimento de mercearia, azeite, vinhos
finos e carboreto

Papelaria e objectos de escritorio

Cotões americanos e outras miudezas

Vendas por junto e a retalho

Empresa Metalúrgica de Aveiro, L.ª

Construtores Mecânicos

Fundição de ferro e bronze. Caldeiraria. Forjas. Tor-
nos. Montagens e Reparações de Máquinas a vapor e caldei-
ras. Barcos a vapor e gasolina. Motores a gás pobre, gasolina
e petróleo. Fábricas de conserva, serração, moagem, cerá-
mica, etc.

Officinas e Escritórios: Canal de S. Roque